

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DO EQUADOR  
EMBAIXADOR FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**

**INTRODUÇÃO**

2.O período sob análise, desde meados de 2010, esteve marcado pelos seguintes aspectos principais:

- recuperação gradual da confiança mútua no plano bilateral e crescimento de expectativas quanto ao aprofundamento dos laços com o Brasil, incluída a ótica do diálogo presidencial, com reativação dos mecanismos de diálogo, cooperação e consulta após o encerramento, em dezembro de 2010, do processo arbitral movido pelo Equador contra o BNDES em fins de 2008;
- consolidação do projeto político do movimento governista "Aliança País" e da liderança de seu mentor, Presidente Rafael Correa, com expressivos resultados positivos em termos de inclusão social, superação da pobreza e investimentos em infraestrutura física;
- protagonismo e notável ativismo diplomático equatoriano, posicionando com habilidade o Equador na vanguarda dos processos de integração regional, como UNASUL e CELAC, e da discussão de relevantes temas continentais e globais, tais como o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), a reintegração de Cuba à Cúpula das Américas, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outros;
- gestão macroeconômica sólida e racional, expansão consistente dos investimentos públicos, diversificação gradual das matrizes energética e produtiva, muito embora o país se mantenha até o presente fundamentalmente dependente das receitas petrolíferas;
- atuação externa comercial de características pendulares e pragmáticas, dividida entre a defesa da relação com sócios tradicionais (acordo comercial com a UE), a proteção dos maiores mercados para a pauta agroexportadora (EUA) e a busca de alternativas de alinhamento político-ideológico através de modelos regionais de inserção econômica (ALBA, UNASUL) e novas parcerias estratégicas (China, Coréia, Turquia, Irã, Rússia, Bielorrússia);
- relativa estagnação do comércio bilateral com o Brasil (corrente anual de comércio inferior a 1 bilhão de dólares, amplamente superavitária a favor do Brasil), e continuidade de entraves significativos (protecionismo sanitário, barreiras tarifárias, salvaguardas comerciais, homologações técnicas), como são o fechamento do Brasil às exportações de banana e camarão do Equador, e as salvaguardas adotadas pelo Equador a partir de janeiro de 2015;
- surgimento e ampliação da questão migratória haitiana como ponto sensível da agenda política bilateral, tendo em conta a utilização do território equatoriano e peruano como

corredor de trânsito dos migrantes para o Brasil (entrada pelo Estado do Acre) e a atuação de redes criminais de tráfico de pessoas nesse circuito migratório.

## RELAÇÕES BILATERAIS

3.No período 2010-2015, o relacionamento político bilateral Brasil-Equador tem-se caracterizado pelo processo de paulatina reconstrução da confiança recíproca, após o encerramento da arbitragem iniciada pelo Equador, em 2008, em que se questionava o financiamento do BNDES para a construção da hidrelétrica de São Francisco, com laudo favorável para o Brasil em dezembro de 2010. A partir de janeiro de 2011, reconhecendo haver cometido um equívoco de avaliação e apresentado os esclarecimentos cabíveis, o Equador voltou a pleitear o relançamento das relações econômicas e a retomada do diálogo político, manifestando inequivocamente a relevância atribuída pelo Governo Rafael Correa ao Brasil, como peça-chave para a estratégia diplomática sul-americana do Equador.

4.Em julho de 2011, durante visita do Chanceler Antonio Patriota, acordou-se a criação do Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Equador (reuniu-se, por última vez, em janeiro de 2014), cujos principais objetivos são: aprofundar o diálogo político sobre temas de interesse bilateral, regional e multilateral; promover o aumento do fluxo de comércio e investimentos; e impulsionar a cooperação entre os dois países. A partir desse momento, ademais de encontros periódicos dos Chanceleres (o último, fora do Mecanismo, em maio de 2015), intensificaram-se visitas ministeriais e de alto nível, entre elas, para citar algumas do lado brasileiro, as vindas ao Equador do Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional (maio de 2012), Ministro Gastão Dias Vieira, do Turismo (março de 2013), da Ministra Luiza Barrios, da SEPPIR (abril de 2013), do Ministro Celso Amorim, da Defesa (junho de 2013), e também as visitas do Vice-Presidente Michel Temer (maio de 2013), do ex-Presidente Lula da Silva (junho de 2013) e da Presidenta Dilma Rousseff (dezembro de 2014), esta última de cunho multilateral, para a inauguração da sede da UNASUL. Em 2014, Rafael Correa visitou duas vezes o Brasil, para a abertura da Copa do Mundo, e a segunda para encontro BRICS-UNASUL e China-CELAC, ademais de reuniões com as pastas da área social do Governo brasileiro. O grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Equador visitou o país em 2014, tendo à frente o Deputado Federal Vitor Paulo (PRB-RJ).

5.A reconstrução exitosa dos laços de consulta e diálogo com o Equador também é atestada pela boa coordenação em foros multilaterais, como, por exemplo, no decidido apoio oferecido às candidaturas do Brasil para a Direção-Geral da FAO (José Graziano), do candidato à Direção-Geral da OMC (Roberto Azevedo), à CIDH (Paulo Vannuchi) e à Corte de São José (Roberto Caldas). O Equador advoga a reforma do Conselho de Segurança das Nações em linhas similares às defendidas pelo Brasil, embora prefira que novos membros permanentes do CSNU ocupem assentos na condição de "representantes regionais", e não a título individual. A partir de 2011, e até maio de 2015, foram reconvocados outros órgãos setoriais de grande importância para a engrenagem bilateral, entre eles as comissões mistas de educação, ciência e tecnologia, cooperação técnica, transportes e monitoramento do comércio bilateral. Para culminar essa fase de normalização, e sempre levando em conta a relevância estratégica do Equador para os objetivos sul-americanos do Brasil, é recomendável que se mantenha como objetivo central de nossos esforços o restabelecimento pleno dos mecanismos da diplomacia presidencial, e que se procure encontrar oportunidade para visita de Estado a

Quito, atendendo ao convite formulado pelo Presidente Rafael Correa em janeiro de 2011.

## POLÍTICA INTERNA

6. Eleito inicialmente em 2006, reeleito em 2008, sob a vigência da nova Constituição de Montecristi, e novamente para um segundo mandato em 2013 (última reeleição possível, segundo o dispositivo constitucional vigente), sempre em primeiro turno e com maioria confortável, não resta dúvida da legitimidade eleitoral do governo do Presidente Correa e da liderança nacional que exerce, com ampla aceitação de imagem durante oito anos consecutivos (atualmente, com 79% de popularidade). Saindo da grave instabilidade política e crise econômica que viveu na década de 1996-2006 (sete presidentes em dez anos, quebra financeira, perda de credibilidade dos partidos, adoção do dólar como unidade monetária), o Equador encontrou na mensagem da chamada "Revolução Cidadã", e na condução do líder ("mashi") Correa um ponto natural de convergência para dar profunda guinada no desacreditado sistema político equatoriano e encontrar soluções democráticas e participativas para resolver crise social sem precedentes.

7. Entre 2008 e 2010, a despeito dos inegáveis avanços das políticas públicas no combate à fome e à pobreza, e na recuperação da infraestrutura física do país, também é verdade que se produziu em bastidores, talvez em virtude de um exercício visto como demasiado personalista e centralizado do poder presidencial, um ciclo de sucessivos desgastes políticos e uma notável reacomodação da base de apoio do governo. Viu-se, nesses anos iniciais, gradual alienação de setores dos movimentos sociais e populares que, hoje, se situam à esquerda do "Aliança País" (AP), e que são fruto de uma fragmentação ocorrida, sobretudo, nas correntes sindicais, estudantis, indigenistas e ambientalistas da política equatoriana. Essa relativa perda de sustentação, alimentada artificialmente por uma elite política e econômica conservadora, num país que ainda vivia sob o impacto da grave crise institucional da década anterior, pode ser uma primeira explicação, não a única, para a revolta policial de 30 de setembro de 2010 ("30-S"), a mais grave ameaça sofrida pelo Governo Correa em oito anos de mandato ininterrupto, rapidamente superada graças à intervenção imediata e enérgica da UNASUL.

8. A partir do "30-S", até a presente data, o Governo Correa redobrou o esforço de controle político-social e de reorganização das bases do AP, imprimindo velocidade à agenda legislativa, objetivo naturalmente facilitado pela conquista de ampla maioria parlamentar nas eleições de fevereiro de 2013 (100 assembleístas, de um total de 137). A resposta eficaz do Governo, após a revolta de 2010, anulou inteiramente a credibilidade de qualquer avaliação veiculada no sentido de insinuar que o "30-S" poderia ter representado o primeiro sinal do "esgotamento" do modelo do "Bem Viver" ("sumak kawsay") e do declínio da liderança do Presidente Correa, que, ao contrário, saiu sempre vitorioso em oito diferentes processos eleitorais e de consulta popular. Essa visão interessada da oposição, há que reconhecer, não é realista, nem guarda congruência com a popularidade inalterada do "mashi". É fato, contudo, que a derrota do AP nas eleições municipais de 2014 (quando perdeu a prefeitura nas 10 maiores cidades do país, inclusive Quito) representou um duro golpe para as hostes oficialistas. No campo da oposição, por outro lado, não há até o momento sinais de uma rearticulação viável de forças, capaz de representar alternativa à "Revolução Cidadã",

muito embora se percebam tentativas ainda frouxas e isoladas de unificação dos setores de opinião da direita social-cristã, da centro-esquerda, das FFAA, e de movimentos estudantis e sindicais que encontravam abrigo, em outra época, em partidos como o PSC (Partido Social-cristão), ID (Esquerda Democrática), MPD (Movimento Popular Democrático), SP (Sociedade Patriótica) e Pachakutik, cuja representação atual na Assembleia é insignificante ou simplesmente extinta. Em recente encontro das esquerdas latino-americanas (ELAP 2014), Correa advertiu contra a rearticulação das forças da direita na região, processo que chamou de "restauração conservadora", e clamou por manter viva a energia criativa das "utopias mobilizadoras". Por outro lado, avaliou que a conjuntura atual não admite uma acomodação puramente ideológica, e que no exercício do poder pelas esquerdas progressistas será necessário, durante bom tempo, continuar a fazer concessões calculadas ao "pragmatismo" e à "conciliação de interesses contrapostos".

9.Nos anos de "Revolução Cidadã", além da estabilidade política observada desde 2007, o regime logrou reconstruir o Estado; melhorar a infraestrutura e os serviços públicos; expandir o investimento em áreas sociais, com resultados expressivos na redução da pobreza e na ampliação do acesso à educação; e gerir de modo eficiente e pragmático a economia, beneficiando-se, até fins de 2014, dos altos preços do petróleo e alcançando índices de crescimento constante do PIB, acima da média regional, com baixa inflação, redução do desemprego e aumento real do poder aquisitivo. Seria problemático, portanto, apostar cegamente em cenários de declínio ou de esgotamento do modelo, apesar de hoje serem substancialmente diferentes, e mais restrinidas, as possibilidades de manter altos índices de gasto público e de novo endividamento, dada a queda brusca do preço do petróleo e considerações correlatas sobre o risco-país. Mesmo assim, apesar de todos os logros, não deixa de haver algum desgaste para o Governo, ao alimentar seguidamente os cenários de polarização, como forma de projetar a liderança carismática do Presidente Correa e de criar um clima permanente, épico, de refundação republicana.

#### 10.Dentro da agenda transformadora do Presidente

Correa, talvez a Lei de Comunicação, aprovada em 2013, tenha sido aquela que, por suas características reguladoras e supervisoras, maior espaço de polêmica abriu junto à opinião pública local e internacional, fomentando todo tipo de especulações sobre uma suposta falta de liberdade de expressão no país, com repercussão negativa em órgãos como a CIDH e a SIP. Embora a imprensa equatoriana procure mostrar-se diversificada, ativa e vigilante, é mister observar, não obstante, que o modelo de gestão e de propriedade dos meios de comunicação no Equador respondeu, historicamente, a uma combinação perversa de interesses cruzados, em que se produzia perfeita simbiose entre as grandes famílias econômicas do empresariado local e a veiculação midiática de seus objetivos políticos, geralmente em meios que lhes pertenciam societariamente. Essa coabitacão parasitária entre os cartéis econômicos, a grande imprensa, os meios políticos e as grandes fortunas familiares permitiu, em seu momento, que a dita "partidocracia" equatoriana exercesse domínio efetivo sobre os canais de comunicação social. É fundamentalmente contra a perda desses espaços próprios de interferência no espaço público que se levantam muitas das vozes contrárias à Lei de Comunicação, em que pesem os equívocos e os excessos vistos em algumas das primeiras atuações dos órgãos criados, a SUPERCOM e a CORDICOM.

11.No momento, o Governo Correa empreende decidido esforço para introduzir emendas à Constituição de 2008. Entre elas, aquela de maior interesse, por razões óbvias, é a da chamada "reeleição indefinida" (isto é, eliminar a atual limitação de dois mandatos consecutivos para os cargos eletivos, a começar pelo de presidente da república), abrindo-se nova polêmica sobre a continuidade, ou não, do Presidente Correa à frente da primeira magistratura após fevereiro de 2017. Em torno da questão da reeleição, politicamente sensível por definição, passou a verificar-se, em 2015, maior mobilização de setores antigovernistas, que ademais também se organizaram contra novas iniciativas do Governo, entre as quais se podem citar a "flexibilização" da contribuição obrigatória do Estado à seguridade social (na prática, deixará de ser repassado o valor anual de 40% do orçamento do IESS) e a lei que eleva substancialmente os impostos sobre as heranças (simbolicamente chamada de "Lei sobre a Redistribuição da Riqueza"), que toca no ponto nevrálgico da busca de maior equidade redistributiva no país, mas que não deixa também de acender sinais de alarme entre representantes dos grandes grupos econômicos do país, quase todos fundados sobre estruturas familiares.

## POLÍTICA EXTERNA

12.Avaliação objetiva da política externa equatoriana requer distinguir ao menos dois de seus níveis de atuação: o retórico/ideológico e o pragmático. Em sua faceta pragmática, a diplomacia equatoriana voltou-se, principalmente, para o entorno geográfico imediato do país. O Equador vive hoje "o melhor momento da história" em suas relações tanto com o Peru (após o Tratado de Paz de 1998), quanto com a Colômbia (ofereceu-se, por exemplo, para sediar futuramente conversações de paz do governo colombiano com a guerrilha do ELN), apesar das diferenças políticas e ideológicas e dos conflitos passados. O Governo Correa também soube reconstruir pontes com o Brasil, como dito anteriormente, e desempenha papel construtivo e agregador no avanço da integração regional, particularmente através da UNASUL. O Equador manteve laços funcionais com os EUA, negocou acordo de livre comércio com a UE e vem reforçando vínculos com a China, o leste asiático, médio oriente e continente africano (além de Minsk e Ramalá, acaba de ser anunciada a abertura de Embaixadas em Angola, Argélia, Nigéria e Quênia). Apesar de Estado laico, o Presidente Correa qualificou de "interesse nacional" a visita em julho próximo do Papa Francisco, e deixou entrever seus instintos religiosos e moralistas ao objetar políticas públicas de planejamento familiar (advoga educação sexual dos adolescentes fundada em valores e na abstinência) e a impedir discussões na Assembleia sobre a questão do aborto.

13.Em plano retórico, por outro lado, o Equador forjou maior projeção externa, adquirindo especial protagonismo internacional, apesar do seu pequeno porte geoestratégico, mas vendo-se desfavoravelmente atingido por percepções negativas fomentadas por um alegado radicalismo propositivo e uma imaginada atuação antidemocrática e contrária aos valores ocidentais (por exemplo, a campanha contra manter a sede da CIDH nos EUA, já que este país não é parte da Convenção de São José). Essa visão controvertida do país, embora encontre explicação plausível na atuação e no discurso do Equador em bom número de questões, não corresponde inteiramente às práticas e aos valores adotados internamente pelas instituições do Estado. De qualquer forma, vê-se que o componente ideológico, representado pela vinculação à ALBA e outras parcerias estratégicas extraregionais, é sobremaneira valorizado em leituras parciais feitas sobre a realidade equatoriana, enquanto aspectos pragmáticos e mais sóbrios da atuação internacional do Equador ganham menor

visibilidade, tal como a negociação comercial com a União Europeia e a manutenção de um patamar aceitável de funcionalidade nas relações com os EUA, a despeito de recorrentes exageros discursivos sobre um percebido imperialismo norte-americano. Correa, de fato, mostra-se amiúde visceralmente sensível e oposto às assimetrias, inequidades e duplos padrões vigentes na atual ordem mundial, mas também é consciente das realidades econômicas mundiais e das necessidades de desenvolvimento do Equador, sendo improvável que queime pontes com parceiros tradicionais do seu país.

14. A participação do Equador na ALBA acabou se tornando o principal rótulo, aos olhos do mundo, da inserção e posicionamento do Equador no cenário internacional, e nutrindo, ao menos academicamente, cenários de uma completa identificação entre a "Revolução Cidadã", equatoriana, e a "Revolução Bolivariana" da Venezuela. Em relação à Venezuela, e à crise política pela que atravessa o país sócio da ALBA, o Chanceler Patiño declarou recentemente que o Presidente Maduro se defende de uma "guerra econômica", que assemelhou àquela enfrentada por Salvador Allende em 1973 no Chile, e que é movida por "setores sociais e políticos vinculados à extrema direita em conjunção com setores externos". Tal identificação entre Equador e Venezuela não deixa de ter bases concretas, de especial interesse para o Brasil, em particular no que diz respeito a posições adotadas pelo Equador no âmbito multilateral, que em geral se caracterizam pela inflexibilidade em torno de princípios, pelo questionamento ético e visão crítica do livre-cambismo, pela desconfiança em relação às grandes potências ocidentais, entre outros traços descritivos possíveis. Em um nível mais fundamental, porém, a verdade é que a participação na ALBA tem estado longe de condicionar as escolhas mais fundamentais do Equador, que manteve participação na Comunidade Andina de Nações (CAN), preservou o essencial de suas relações com os EUA (mesmo com o episódio Wikileaks, a expulsão da Embaixadora Heather Hodges e o asilo concedido há três anos a Julian Assange, que até hoje se encontra na Embaixada do Equador em Londres), abriu um processo de diálogo exploratório sobre eventual adesão ao MERCOSUL e negociou um acordo de comércio com a UE. Mais importante, o regime econômico e o modelo político adotados pelo Equador - uma democracia institucional e aberta, com mecanismos de participação direta; um Estado que busca modernizar-se, ganhar em eficiência e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão; e uma economia razoavelmente livre, dolarizada e bem regulamentada - contrastam, em diferentes níveis, tanto com o "socialismo do Século XXI", preconizado pela Venezuela, quanto com a economia estatizada de Cuba.

15. Em relação à UNASUL, o Equador vislumbrou inicialmente uma organização que englobaria e substituiria a CAN e o MERCOSUL, não só nos aspectos comerciais, como nas demais áreas da integração regional sul-americana, dotando-se de institucionalidade forte, com contornos supranacionais em questões selecionadas (por exemplo, para solução de controvérsias em temas de investimentos), fugindo aos esquemas do CIADI do Banco Mundial e outros centros mundiais de arbitragem. Não faltaram críticas públicas de Rafael Correa ao estado em que se encontrava a UNASUL entre 2012 e 2014, pelo que considerava a velocidade insuficiente do processo, a anomia política da Secretaria-Geral e a predominância de visões antagônicas e excludentes entre os estados-membros, especialmente a movimentação de Chile, Colômbia e Peru em torno da Aliança do Pacífico, da qual não participa o Equador, com efeitos centrífugos. Não obstante, a eleição do ex-Presidente Ernesto Samper para a Secretaria-Geral e a inauguração da sede da UNASUL em dezembro de 2014 são,

atualmente, aspectos positivos que predominam na avaliação equatoriana. Há relevantes iniciativas do Equador de construção da institucionalidade da UNASUL, refletidas nos esforços em prol da constituição do Banco do Sul; da criação de um Centro para Mediação e Solução de Controvérsias em temas de investimentos; de uma Comissão de Direitos Humanos da UNASUL; de uma Corte Penal Sul-Americana; e da recentemente inaugurada Escola Sul-Americana de Defesa, que será dirigida pelo brasileiro Jorge Ramalho da Rocha. É do interesse do Brasil, portanto, manter esforço diplomático focalizado junto ao Equador sobre as principais questões da UNASUL, de forma a valorizar a concertação política com nosso sócio regional e aliado, que sediará, em 2015 e 2016, grandes conferências do porte da IV Cúpula CELAC, IV Cúpula ASA e Habitat III.

16. A política externa do Equador, no período 2010-2015, pode ser sintetizada pelos seguintes eixos:

- normalização e aprofundamento das relações com a vizinhança imediata, particularmente Peru e Colômbia, e manutenção de relação estreita de coordenação política com a Venezuela;
- recusa principista à inserção comercial externa conforme modelos liberais, mas subscrição pragmática de acordo comercial com a União Europeia;
- ataque em bases éticas às assimetrias percebidas na ordem mundial e adoção de um forte discurso de conteúdo ideológico contra grandes potências;
- busca de parcerias alternativas e saídas concretas para gargalos de financiamento e desenvolvimento do país, em especial junto à China (emprestimos contraídos da ordem de 11 bilhões de dólares);
- apoio decidido e incondicional à UNASUL e à aceleração da integração regional, e adesão apenas parcial e seletiva a compromissos políticos adotados em outros foros, como a ALBA.

## ECONOMIA E RELAÇÕES COMERCIAIS

17. Nos últimos cinco anos, a economia equatoriana passou por período de crescimento sustentado e relativa estabilidade. Apesar do objetivo de deixar a condição de economia primário-exportadora, ainda não foi possível superar a dependência do petróleo, fator imprescindível de equilíbrio do balanço de pagamentos e de estabilidade para a dolarização. As taxas notáveis de crescimento nesse período foram obtidas graças a elevados investimentos públicos em infraestrutura física (por exemplo, oito novas hidrelétricas) e projetos sociais (entre eles o "Bono de Desenvolvimento Humano", inspirado no Bolsa-Família), e facilitadas pela elevação do salário mínimo (hoje fixado em USD 354), o incremento do funcionalismo público e o incentivo ao microcrédito e ao crédito imobiliário. Como efeito imediato das políticas mencionadas, verificou-se a expansão contínua da demanda agregada e, consequentemente, do PIB, que acumulou crescimento de 17,5% entre 2010 e 2012, 4,5% em 2013, 3,5% em 2014, e previsão de 1,9% em 2015. A despeito do ritmo levemente declinante nos últimos dois anos, o crescimento manteve-se acima da média regional, em que pesem a queda dos preços do petróleo e as restrições fiscais inevitáveis de uma economia dolarizada, que não pode

fazer uso de política monetária e cambial para equilibrar os resultados em transações correntes e preservar o superávit primário. O Governo Correa busca utilizar as receitas petrolíferas para financiar o plano de desenvolvimento do "Buen Vivir", que inclui um importante componente de diversificação das matrizes energética e produtiva, posicionando o Estado como principal indutor e promotor da atividade econômica. Apenas a partir de 2014, com a redução dos recursos disponíveis, e com acesso limitado a financiamentos externos, o Governo passou a buscar maior aproximação e compromisso com o setor privado, regulamentando a possibilidade de parcerias público-privadas. O endividamento total do Equador, da ordem de USD 30 bilhões, ainda se mantém no patamar confortável de cerca de 30% do PIB (o limite legal é de 40%; o PIB se situa pouco acima de USD 100 bilhões).

18.No setor elétrico, prevê-se que o aporte das centrais atualmente em construção eleve a oferta de energia de fontes hídricas de cerca de 50% para 90% do total consumido no país, produzindo também excedentes exportáveis para os países vizinhos. A geração de energia elétrica nesses patamares certamente representará economia na importação de combustíveis fósseis, diminuirá a emissão de gases de efeito estufa pelas centrais termoelétricas e contribuirá para a melhoria dos fundamentos econômicos do Equador. O planejamento governamental propõe dotar o país de indústrias de base em setores estratégicos, que permitam a produção doméstica e competitiva de insumos para outras cadeias industriais e substituir, gradualmente, as importações de produtos de menor valor agregado que poderiam ser manufaturados localmente, como roupas e calçados, alimentos processados e materiais cerâmicos, entre outros. Em qualquer caso, ante o quadro atual de restrição fiscal, e baixas reservas líquidas, será indispensável que o Equador se mostre capaz de captar novos investimentos externos, capacidade que tem sido baixíssima nos últimos anos, atrás de quase todos os países da região pelo critério de investimento estrangeiro direto recebido (na casa dos USD 700 milhões em 2014). Setores-chave da indústria, como a mineração e a petroquímica, não foram até agora suscetíveis de atrair investimentos externos, apesar de seu grande potencial, de que são exemplos a Refinaria do Pacífico (orçada em USD 10 bilhões, em sociedade com a PDVSA), e as jazidas de ouro de "Fruta del Norte", inicialmente oferecidas à KINROSS do Canadá, que recuou de seu interesse em virtude de divergências sobre o marco legal aplicável. Para compensar a ausência de maior investimento estrangeiro, o Equador abandonou o projeto de preservação ambiental de jazidas petrolíferas na Amazônia (ITT - Ishpingo/Tiputini/Tambococha), e decidiu explorá-las a partir de 2015, com reservas estimadas em USD 1,3 bilhão de barris, capacidade de aportar USD 18 bilhões aos cofres públicos, e produção diária de 200 mil barris (equivalente a 40% de toda a produção atual).

19.Entre as principais deficiências em termos de atração do capital privado, podem ser citados: instabilidade do marco legal e insegurança jurídica, sobretudo em matéria regulatória e tributária; condução errática da política de comércio exterior, hesitante inicialmente entre a preservação de sócios tradicionais e abertura de novos mercados; moratória da dívida externa (bônus 2012 e 2030), retórica carregada ideologicamente e políticas pouco sensíveis a requisitos básicos dos investidores externos, procurando fixar antecipações irrealistas de royalties e baixas taxas internas de retorno. Esse conjunto de dificuldades, sempre mencionadas entre investidores potenciais, pode também explicar a insignificante presença do investimento brasileiro no Equador, embora haja limitadas experiências bem sucedidas, como demonstraram ser a unidade industrial da Vicunha Têxtil em Quito, a produção de cervejas em Guayaquil pelo grupo

AMBEV, a operação do Aeroporto Mariscal Sucre pelo Grupo CCR, ademais, é claro, na categoria de créditos públicos do BNDES, do financiamento em 2012/13 da central hidrelétrica de Manduriacu (USD 125 milhões), do projeto hídrico Daule-Vinces (USD 190 milhões), ambos a cargo da Construtora Norberto Odebrecht, e da cobertura de crédito à exportação para a renovação do Porto de Manta (USD 121 milhões). Em contrapartida, a PETROBRAS deixou a exploração de petróleo no Equador em 2010, e atualmente negocia para reaver a indenização devida pelos ativos entregues ao Estado.

20. Apesar de avaliações nem sempre elogiosas, e de ressalvas pontuais que possam ser feitas, o fato é que a condução econômica do Equador revela que as autoridades contam com um plano de desenvolvimento coerente e consequente com o projeto político em curso, executado com destreza e eficiência. O maior desafio, para lograr avanços mais rápidos, não se encontra propriamente na modelagem de política econômica, e sim em procurar superar a condição de economia primário-exportadora sem contar com os recursos fiscais necessários para tanto, alienando o setor privado nacional e emitindo sinais políticos e legais contraditórios, que terminam por afugentar o capital externo, em que pesem o crescimento sustentado do PIB, a baixa inflação e a boa relação custo/benefício para a produção local. Outro caminho para a mudança da matriz produtiva, talvez de maior viabilidade para o Equador, seria vincular-se ao processo de encadeamento de cadeias produtivas sul-americanas, com ganhos dinâmicos de escala e vinculação a mercados consumidores de produtos de maior valor agregado; e reconhecer, por outro lado, que a simples manutenção dos mercados europeus e norte-americanos, ainda que positiva, apenas garante ganhos estáticos e ameaça congelar e eternizar a característica de economia primária do país.

21. A corrente de comércio entre o Brasil e o Equador, estagnada no período 2010-2015, mostrou-se vítima de barreiras técnicas e fitossanitárias, do desconhecimento mútuo, da aplicação de salvaguardas comerciais pelo Equador e pelo contínuo fechamento do Brasil às exportações equatorianas de banana e camarão, os dois principais produtos da pauta exportadora depois do petróleo, mantendo-se essencialmente inalterada uma ampla vantagem superavitária para o Brasil, o que se mostra incompatível com nosso desejo de fazer crescer o comércio e os investimentos em bases mais equilibradas e se revela um irritante crescente para o Equador. Medidas restritivas de importações pelo Equador, adotadas em diferentes momentos, incluem: imposição de quotas; elevação de tarifas aduaneiras; criação ou elevação de impostos; revisão e imposição de barreiras técnicas; exigência de certificações e homologações técnicas por fora dos requisitos da OMC; e finalmente a imposição de salvaguardas comerciais, em 2015, pelo critério de desequilíbrio agudo do balanço de pagamentos do país, matéria ora em exame na OMC, mas que já foi objeto de aceitação inicial pela Comunidade Andina (CAN). Apesar de custos implícitos mais elevados no Brasil e conhecidas deficiências dos nossos canais logísticos, esse conjunto de medidas atinge adicional e negativamente as exportações brasileiras para o Equador, uma vez que os setores protegidos têm peso importante no comércio bilateral, como celulares (caiu a zero a exportação desde 2010), carros (declínio constante, em função de novas exigências técnicas e de segurança veicular) e carnes (exportação proibida desde 2012, quando o MAPA deixou de atender a novas condições fitossanitárias apresentadas pelo lado equatoriano), sem falar de um decréscimo estimado de 15% das exportações em 2015, em razão das salvaguardas impostas este ano. Esse quadro recomenda uma urgente reconvoação da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, que se reuniu por última vez em 2013, e cuja realização recai, em 2015, sobre o MDIC do Brasil.

## COOPERAÇÃO E RELAÇÕES CULTURAIS

22. Durante o período de gestão, especialmente a partir de 2011, foi possível fortalecer as relações de cooperação bilateral em suas vertentes humanitária, técnica, educacional e científica e tecnológica. O Brasil, nesse período, num espírito de fraternidade sul-sul, manteve apoio sustentado, entre outras intervenções de cunho humanitário, à atuação do ACNUR no Equador, especialmente para reforçar a atuação das Nações Unidas em favor da grande comunidade de refugiados colombianos residentes no país, por meio de doações diretas totalizando USD 1 milhão. O Equador é de longe, proporcionalmente, o maior receptor de refugiados em toda a região latino-americana, com população que excede 55 mil acolhidos. Por essa razão, também se estabeleceu mecanismo de reassentamentos solidários no Brasil e se desenvolveram atividades com vistas à operação, no Equador, de um programa de compras de alimentos da agricultura familiar, espelhado na experiência brasileira (PAA) e tendo em mente os programas de merenda escolar e de segurança nutricional em benefício dos refugiados no país, além da construção de salas de aula e doação de materiais escolares, entrega de doações de alimentos (354 toneladas de arroz e 234 de feijão), doações de medicamentos (lamivudina e soro antibotrópico), construção de casa de acolhida para mulheres vítimas da violência e do conflito militar na Colômbia e de espaços lúdicos para crianças abandonadas. O Chanceler Ricardo Patiño, em reconhecimento desses gestos, referiu-se ao Brasil "como o grande irmão solidário".

23. A Cooperação Técnica, entre 2010 e 2015, foi retomada com a realização de três reuniões do Grupo de Trabalho entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Secretaria Técnica de Cooperação Internacional do Brasil (SETECI), a última delas entre 18 e 20 de maio último. Os projetos negociados, a partir de 2015 com compartilhamento de custos, abarcam setores muito variados, entre eles a produção de frutíferos, o uso de biocombustíveis, a criação de bancos de leite humano, a produção de medicamentos genéricos, o combate ao trabalho infantil, o treinamento contra incêndios florestais, a introdução da televisão digital no Equador, a gestão de empresas estatais. No campo da ciência e tecnologia, realizou-se em 2012 a II Reunião da Comissão Mista, ocasião em que os dois países se comprometeram a promover o intercâmbio acadêmico e estudantil em áreas como saúde pública, vigilância sanitária, tecnologia espacial, propriedade intelectual, recursos pesqueiros, entre outras. Missão equatoriana ao Brasil realizou-se em outubro de 2014. Saliente-se a disposição brasileira de contribuir para a criação da Universidade Regional Amazônica - IKIAM - e da Cidade do Conhecimento - YACHAI -, iniciativas que o Presidente Rafael Correa considera como "as mais importantes dos últimos cem anos na história do Equador". O Equador é, igualmente, parceiro importante dos programas brasileiros de estudantes-convênio para graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), e tem enviado alunos regularmente (95 bolsas concedidas) para a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu. Com apoio brasileiro, foi criada na reputada Universidade Andina Simon Bolívar, em 2011, a Cátedra Brasil-CAN, acompanhada da inauguração na UASB e na FLACSO-Equador da chamada "Estante Brasil", biblioteca de publicações da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). A Cooperação Educacional viu-se beneficiada, ainda, pela realização da I Reunião da Comissão Mista, com atenção, por exemplo, para a importantíssima questão do reconhecimento e revalidação de títulos universitários. Por fim, ressalte-se a tradicional atuação do Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC), com diversas ações de divulgação da cultura brasileira

e da língua portuguesa. O desafio, doravante, dadas as severas restrições orçamentárias vigentes, será manter o dinamismo desses foros e a execução das diferentes atividades acordadas.

24.Nos últimos cinco anos, foi possível oferecer ao público equatoriano um panorama razoável das manifestações artísticas brasileiras, em praticamente todas suas vertentes. Sempre que possível, as atividades culturais a cargo da Embaixada foram realizadas em conjunto com instituições locais, como a Fundação Nacional Teatro Sucre, a Cinemateca Nacional, a Casa da Cultura Equatoriana e o Centro de Arte Contemporânea (CAC), e/ou integrando e apoiando eventos de caráter internacional de grande reconhecimento, tais como a Bienal de Cuenca e a Bienal de Arquitetura de Quito, e procurando ademais o auspício de empresas brasileiras, de forma a mitigar a preocupante ausência de recursos oficiais para esse fim. Para ilustrar a intensa promoção cultural realizada ao longo de cinco anos, mencionem-se, sem que seja listagem exaustiva, a apresentação de Gilberto Gil, em 2012, as duas edições do "Carnaval em Quito", com apresentação do "Cordão do Boitatá" (2011), e do "Quinteto em Branco e Preto" (2013), o show do compositor Nando reis (2013), a vinda de integrantes do "Cama de Gato" (Pascoal Meireles e André Neiva) para o "Festival Jazz in Situ"(2011), do violonista Fábio Zanon para o "Festival Internacional de Guitarras" (2011), do duo de violonistas Marco Pereira e Rogério Caetano, do pianista André Mehmari, e do pianista Paulo Gori, como solista para a estreia no país do Concerto no. 4 de Villa-Lobos, executado pela Orquestra Sinfônica Nacional do Equador. Também a dança contemporânea brasileira viu-se bem representada, com a visita das Companhias Quasar (2010), da "Aqwa Correria" (2011), integrada por ex-bailarinos da Cia. Urbana de Dança, e três apresentações da Cia. Deborah Colker com o espetáculo "Velox" (2013). O brasileiro Agnaldo Farias foi curador da Bienal de Cuenca em 2011, quando nosso artista plástico Waltércio Caldas foi agraciado com um dos três primeiros prêmios, com a série "Parábolas de Superfície". A Embaixada em Quito criou e financiou, desde 2012, a "Sala Brasil", para exibição contínua da cinematografia brasileira em sessões semanais, lançou o "Prêmio Brasil Arte Emergente", para jovens artistas locais, e passou a publicar, como criação própria, a Revista de Literatura ViceVersa, publicação bilíngue de conhecidos contistas brasileiros e equatorianos. Também trouxe ao Equador, entre 2010 e 2014, os escritores Marina Colasanti, Nélida Piñón, Joel Rufino dos Santos e Eric Nepomuceno. Promoveu oficinas de gastronomia brasileira e lançou a revista "Sabores do Brasil", com a presença dos Chefs Felipe Ribenboim, Gabriel Broide e Thiago Castanho, e manteve apoio constante aos grupos de capoeira atuantes no Equador, ademais de praticantes de outras artes marciais oriundas do Brasil, como o jiu-jitsu.

## TEMAS CONSULARES E MIGRATÓRIOS

25.Ao longo do último quinquênio, foi possível operar melhorias significativas do funcionamento do Setor Consular, em paralelo à mudança da Chancelaria da Embaixada para nova sede, finalizada em julho de 2011. Foram introduzidas reformas físicas, racionalização de procedimentos e reforço de recursos humanos, com correspondentes benefícios para a qualidade e velocidade dos serviços prestados. Apesar dessas melhorias, o Setor Consular viu-se fortemente pressionado, a partir de junho de 2012, com a aprovação das Resoluções no. 97 e no. 102 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que regulamentaram a emissão de Vistos Permanentes Especiais para cidadãos haitianos, e instruíram a Embaixada em Quito a conceder esses vistos aos peticionários

que se encontrassem no Equador. O efeito imediato dessas medidas, que funcionaram como chamariz da migração haitiana, foi a sobrecarga de solicitações do visto especial ao Setor Consular, e a verificação de um trânsito contínuo e crescente de migrantes haitianos em direção ao Brasil, valendo-se do território equatoriano como ponto de entrada e corredor de trânsito facilitado, por meio de deslocamentos terrestres que também passam pelo Peru e chegam ao Brasil, majoritariamente, pela fronteira com o Estado do Acre. Esse fluxo migratório causa sensíveis dificuldades de acolhimento e demandam fortemente os serviços públicos oferecidos pelas autoridades acreanas, as quais, não obstante, a despeito de todas as dificuldades imprevistas, mobilizaram-se eficientemente e garantiram um piso mínimo de segurança e dignidade aos imigrantes, haitianos ou africanos em geral, portadores ou não de vistos especiais, e em grande parte peticionários de refúgio no Brasil.

26.Como é do conhecimento do Governo brasileiro, o Equador é o primeiro e mais importante elo sul-americano na rota de imigração irregular, promovida por redes criminais de traficantes de pessoas, de cidadãos haitianos ou de outras nacionalidades, em decorrência de sua política de abertura migratória, preconizada pelos dispositivos constitucionais que estipulam o respeito à "livre mobilidade humana" e a defesa de uma "cidadania universal". A Embaixada em Quito realizou diversas gestões, em diferentes níveis hierárquicos e junto a órgãos competentes do Governo, desde janeiro de 2011, para obter colaboração do Equador no controle e disciplinamento desse fluxo migratório e, sobretudo, para que se considerasse exigir vistos para ingresso dos haitianos no território equatoriano, o que, até o momento, não ocorreu, a despeito do número crescente e aparentemente incontrolável de migrantes do Haiti circulando pelo Equador a caminho do Brasil (cerca de 40 mil, desde 2011). A partir de 2013, verificou-se que esse fluxo migratório "oportunista" passou também a ser acompanhado de cidadãos de outros países, a maioria africanos (maioria de senegaleses, mais de 4 mil desde 2012), que também viram na facilidade migratória das fronteiras do Equador uma oportunidade de chegar sem maiores travas ao Brasil, mesmo que seguidamente colocando-se em situação de vulnerabilidade, dada a atuação de redes criminais e "coiotes", que exploram financeiramente essa massa de migrantes, violam seus direitos humanos e colocam em risco sua integridade física, uma situação claramente inaceitável.

27.Em vista da necessidade de reorientar as condições de chegada ao Brasil dos migrantes haitianos, e de informar às autoridades equatorianas sobre novos procedimentos que serão adotados no curto prazo nas fronteiras do Brasil, visitou Quito, nos dias 2 e 3 de junho do corrente ano, missão interministerial chefiada pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Recebida pelo Chanceler Ricardo Patiño, e pela Vice-Ministra de Mobilidade Humana, María Landázuri, e outras autoridades do Ministério do Interior e da Secretaria de Inteligência nacional, a missão brasileira recebeu compromissos de reforço dos controles fronteiriços equatorianos, combate às redes de traficantes de pessoas e de imposição de novas exigências prévias para visitas ao Equador, na forma de vistos, quando for o caso (possivelmente para senegaleses), ou de um cadastro "on-line" antes da viagem ("Sistema de Registro Turístico"), que poderia vir a ser exigido dos cidadãos haitianos, como forma de desestimular e frear a vinda ao Equador com a única de finalidade de transitar pelo país e chegar ao Brasil.